

DÍVIDA EXTERNA

Impasse causa surpresa entre os americanos

Governo dos EUA acreditava que um acordo com FMI estava bem próximo

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON O impasse nas negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi recebido com surpresa na área econômica do governo americano. Até a quinta-feira, as informações chegadas a Washington sobre os entendimentos com a missão do Fundo e os aspectos internos do programa eram positivas.

O subsecretário do Tesouro, David Mulford, que esteve em Brasília na semana passada, retornara a Washington aparentemente certo de que havia conseguido convencer as autoridades econômicas brasileiras sobre a necessidade de apressar o início formal das negociações com os bancos credores sobre os juros em atraso e o conjunto da dívida.

Parecia, assim, afastado o risco de a aprovação do programa pelo FMI esbarrar na política de não-pagamento da dívida de médio e longo prazo em vigor desde o governo passado. Um dia depois da volta de Mulford, um alto funcionário da administração Bush demonstrou o otimismo americano. Num encontro com jornalistas, ele previu que o FMI não apenas provaria o empréstimo de Cr\$ 1,4 bilhão previsto no acordo em discussão, mas estenderia ao País um crédito adicional, de desembolso rápido, para ajudar o governo a proteger a política de combate à inflação dos efeitos da brusca subida dos preços do petróleo provocada pela crise no Golfo Pérsico.

Fontes oficiais ouvidas ontem pelo **Estado** disseram que não sabiam o que provocou o impasse nas negociações. Uma informação, tomada como rumor, destaca que teriam surgido dificuldades na definição dos números do orçamento. O governo estaria resistindo à idéia de se computar a inflação no cálculo do déficit público e insistindo em usar o conceito do déficit operacional, criado pelo FMI numa outra negociação com o Brasil, há alguns anos, para neutralizar o efeito da correção monetária nas projeções do orçamento. De acordo com essa versão, o FMI teria rejeitado a idéia, sob a alegação de que a economia brasileira não é mais indexada.